



# Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kiese - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Carlos Simões.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

**MENSAGEM Nº 092/96**

Curitiba, 05 de novembro de 1996.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos arts. 2º, das Leis nºs 11.212, 11.214 e 11.217, todas de

07 de dezembro de 1995 e art. 2º, da Lei nº 11.497, de 26 de julho de 1996, que tratam, respectivamente, dos Projetos "Paraná 12 Meses", "Saneamento Ambiental do Paraná", "Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná" e "Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná".

Trata-se, Senhor Presidente, de simples correção da remissão feita pelos referidos dispositivos que, quando se referiram a dispositivos da Constituição Federal, ao mencionarem "art. 167, inciso IV", deveriam ter mencionado "art. 167, § 4º". Estas modificações nas citadas leis em nada afetam a substância da matéria de que tratam, visto que, apenas, corrigem expressões usadas no texto das mesmas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Os artigos 2º, das Leis nºs 11.212, 11.214 e 11.217, todas de 07 de dezembro de 1995 e art. 2º, da Lei nº 11.497, de 26 de julho de 1996, relativas, respectivamente, aos Projetos "Paraná 12 Meses", "Saneamento Ambiental do Paraná", "Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná" e "Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná", passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Para a garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, ou outras garantias em Direito admitidas".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

**MENSAGEM Nº 093/96**

Curitiba, 07 de novembro de 1996.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito e/ou prestar aval

ou garantia, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, até o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para execução dos programas de Projeto Final de Engenharia Rodoviária, Acessos na Área de Influência do Porto de Paranaguá, Plano Diretor do Sistema Intermunicipal Rodoviário de Passageiros do Estado e Sistema de Informações Georeferenciadas para o Cadastramento do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa, consulta aos superiores interesses da Administração e da comunidade, assertiva esta plenamente confirmada pela indiscutível conveniência e oportunidade das obras a que se referem os mencionados Programas, através dos quais serão desenvolvidos projetos estratégicos nas áreas de construção de rodovias, transporte intermunicipal de passageiros e sistema de geoprocessamento da base gráfica, tendo como objetivos específicos:

I - proporcionar a integração da malha rodoviária estadual com as vias da Usina Hidrelétrica de Segredo, bem como integrar os municípios de Pinhão e Mangueirinha;

II - proporcionar acesso rodoviário ao novo Município de Pinhal de São Bento;

III - proporcionar condições de alternativas de acesso rodoviário ao Porto de Paranaguá e Antonina e sua ligação com a BR-116 - trecho Curitiba/São Paulo;

IV - elaboração de Plano Diretor do Sistema Intermunicipal Rodoviário de Passageiros do Estado do Paraná visando, através do planejamento, racionalizar e otimizar o serviço para os usuários;

V - implantar o Sistema de Informações Georeferenciadas para o Cadastramento do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná.

Ademais, vale ressaltar que a proposta ora formulada foi precedida de estudos conjuntos das Secretarias de Estado dos Transportes e da Fazenda, assim como da Procuradoria-Geral do Estado, através de processo protocolado sob nº 2.654.839-0/96, no Sistema Integrado de Documentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito e/ou

prestar aval ou garantia, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, até o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para execução dos programas de Projeto Final de Engenharia Rodoviária, Acessos na Área de Influência do Porto de Paranaguá, Plano Diretor do Sistema Intermunicipal Rodoviário de Passageiros do Estado, Sistema de Informações Georeferenciadas para o Cadastramento do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para garantia das operações de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as cotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/311 e 312/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

454/96: de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor João Paulino Vieira Filho, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.575. Anote-se - Arquive-se.

352/96: de autoria do Deputado Anibal Khury, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná o Dia do Instrumentador Cirúrgico, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.576. Anote-se - Arquive-se.

Sob o nº 667/96, do Senhor Arlindo Porto - Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Iguaçu, nº MA/SDR/054/96 - Nº Original PR-000400, Valor do Convênio de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para desenvolver o projeto Terra Solitária, com a ocupação permanente de mão-de-obra ociosa de bóias-frias, tendo como Programa de Trabalho - 22101.04.018.0110.2451 - Cooperativismo e Associativismo Rural - 0002 - Cooperativismo em Projetos Especiais. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

# REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 494/96, relativo à Mensagem nº 92/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

# REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

# REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que solicite ao Poder Executivo o cumprimento imediato do Art. 133, § 4º, da Constituição do Estado do Paraná, publicando em Diário Oficial do Estado o relatório resumido da execução, dos bimestres de 1996 não divulgados.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

# REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, um voto de congratulações aos Conselheiros eleitos para o triênio 1996/1999, do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, cuja posse ocorreu em 30/10 do corrente: Conselheiras Efetivas: Ana Maria Bittar, Rosi Maria Koch, Simone Aparecida Peruzzo, Jaqueline de Leão e Maria Lara Maia de Oliveira; Conselheiros Suplentes: Ana Rotília Erzinger, Jocélia Fraresso, David Roberto do Carmo, Marlize Maria Hansen e Olga Maria Hoppe. Ao novo Conselho, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a este importante Conselho Regional de Enfermagem

do Paraná. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Exmo. Sr. Cel. Daniel Cezar Maingue, Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná; Exmo. Sr. Ten. Cel. Flávio de Modesti, Comandante Geral da Polícia Rodoviária Estadual, e em especial o destacamento da Polícia Rodoviária do Paraná, pelo excelente programa de orientação pedagógica aos condutores de veículos, junto aos Postos Rodoviários, em todo território paranaense.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

# REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Presidente eleito do CREA-PR, alusivos à sua eleição, ocorrida no último dia 29 de outubro, para o triênio 1997/1999.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente eleito, Engenheiro Ivo Gilberto Martins, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Munhoz da Rocha, nº 1235, CEP 86800-210, Apucarana / PR.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

# REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de grande louvor e congratulações a Éde Abib, eleito Vereador em Curitiba, no último pleito de 03 de outubro passado. Dos 35 edis eleitos, foi o mais votado dentre aqueles que conseguiram seu primeiro mandato e o extraordinário fato de pontificar em 5º lugar na classificação geral. Sua origem humilde, consagrada na vida exemplar até hoje, mercê de uma educação esmerada, dentro de uma família tradicional e cara a todos os curitibanos, pelo muito que sempre fez à nossa gente, ecoaram no seletor eleitoral curitibano, contemplando uma jovem revelação política, que muito enriquecerá nossa Câmara Municipal.

Temos orgulho de registrar este fato, que se transformará em evento histórico, pois é o início de uma caminhada desde já vitoriosa! Esta Casa de Leis é testemunha histórica da importância, do valor que a família de Éde Abib representa para nosso povo, para nossa gente. Ao cumprimentá-lo, o mais elevado reconhecimento de apreço, consideração e a certeza de que fará um grande trabalho parlamentar. Igualmente, cumprimentos à sua competente equipe de trabalho.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de louvor e congratulações ao Vereador Jairo Marcelino, reeleito no último pleito de 03 de outubro passado, conquistando seu quarto mandato consecutivo, com a expressiva votação de 10.733 votos, pontificando em 4º lugar dentre os 35 membros da nossa Câmara Municipal de Curitiba. Trata-se de um político sério, de conduta exemplar, com uma tenacidade contagiante sempre em defesa de sua gente. É público seu comprometimento com as causas populares. Sua recondução se deve a este magnífico trabalho que desenvolve por Curitiba. Foi o reconhecimento de seus eleitores, que o credenciam a continuar legislando, principalmente, num momento histórico, que é a chegada do próximo milênio! É parte importante da história de nossa Capital o trabalho sério e honesto do Vereador Jairo Marcelino, a quem tributamos nosso respeito, nossa consideração e que pedimos sejam extensivos à sua família, assessores e correligionários.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado da parte desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, expediente aos Senhores Ministros de Estado dos Ministérios do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, Indústria e Comércio e do Turismo e Fazenda, bem como ao IBAMA, solicitando a revogação do aumento absurdo de 200% das tarifas de acesso ao Parque Nacional do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o próprio Governo Federal deve dar exemplo de combate à inflação e que enquanto divulga uma inflação dos últimos doze meses de 17%, promove um aumento nas tarifas de 200%, o que é um verdadeiro absurdo.

Se considerarmos que um pai de família com cinco pessoas terá que pagar R\$ 30,00 (trinta reais) para poder ter acesso ao Parque Nacional e que não há nada que justifique o aumento em termos de obras ou melhorias naquele parque. Aliás, o Parque Nacional do Iguaçu não teve nos últimos anos qualquer melhoria na sua infra-estrutura que justifique qualquer aumento, muito menos um aumento de 200%.

Cremos ser plenamente justificado um expediente do nosso Poder Legislativo quanto à esse verdadeiro acinte que foi o aumento das tarifas de acesso ao Parque.

Gazeta do Iguaçu - Terça-feira -06.11.96/Pág.12

Cataratas do Iguaçu

**Tarifa de acesso ao Parque Nacional aumentada 200%**

Foz do Iguaçu - Portaria publicada em 25 de outubro, assinada pelo presidente do IBAMA, Eduardo Martin, reajustou todas as taxas do IBAMA. O reajuste foi efetuado sob a alegação de que estas taxas continuavam as mesmas a mais de dois anos, estando portanto defasadas.

Com isso a estrada para o Parque Nacional de Foz do Iguaçu, que era de apenas dois reais sofreu 200% de aumento, passando para seis reais.

A nova tarifa que deveria ser cobrada a partir da publicação do decreto, ainda não está sendo praticada em Foz do Iguaçu, pois o IBAMA está esperando pronunciamento da Superintendência em Curitiba a respeito do assunto. No entanto, segundo uma funcionária do órgão em Foz do Iguaçu, é pouco provável que a portaria seja revogada, devendo entrar em vigor ainda nesta semana.

#### REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

1. Apuração imediata das violências e arbitrariedades praticadas pelo Delegado de Polícia Dr. Gilberto Pereira da Silva e pelos policiais civis e militares de Pitanga contra os técnicos do Convênio da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, e Cooperativa Central

Agrária de Reforma Agrária do Paraná - CCA/PR;

2. Afastamento imediato, dos envolvidos, de suas funções, para uma apuração isenta;
3. Fim das atividades ilegais da P2.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

**JUSTIFICATIVA:**

Dia 31/10 dois técnicos que atuam nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária da região de Pitanga foram violentamente agredidos, espancados e humilhados na cidade sob as ordens do Delegado Gilberto Pereira da Silva, e policiais civis, sem nenhuma razão, pois ambos estavam a caminho de suas residências. Os policiais só pararam de bater e agredir quando descobriram que eram técnicos do Convênio da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e CCA/PR.

#### REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Expediente aos Líderes Partidários no Congresso Nacional e ao Deputado Federal Abelardo Lupion, solicitando apoio e aprovação de PEC nº 407-A, de 1996, sem alteração.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1387-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Expediente ao Exmo. Sr. Leôncio Vieira de Rezende Neto, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público no bairro do Novo Mundo, Estrada do Anhaia, próximo da Rua Marcos de Bona, próximo do Engenho, devendo ser instalado na Escola Municipal de Rodeio.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1387-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Expediente ao Exmo. Sr. Leôncio Vieira de Rezende Neto, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público no bairro do Anhaia, Estrada do Anhaia, prolongamento da Rua São Marcos de Bona, devendo ser instalado no Bar do Cunha.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Expediente ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, solicitando sobre a situação funcional do Sr. Lorival Rosa.

O referido Senhor passou em Concurso Público da Polícia Civil (nº do protocolo 15078/86) e não foi contratado. Por ocasião da contratação o mesmo não conseguiu fazer o treinamento requisitado, vindo fazê-lo posteriormente.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Cultura, solicitando:

1. Nome de todas as empresas, entidades e instituições que esta Secretaria assinou convênio neste ano.

- 1.1. Objeto do convênio e valores.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1. Nomes de todas as pessoas físicas e jurídicas que receberam pagamentos de precatórias do Estado do Paraná, no ano de 1996.

- 1.1. Especificar nomes, data de pagamento e valores.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, solicitando cópia de inteiro teor (doação do terreno, isenção de impostos, fomento, Rima, ações judiciais, etc.) do processo de instalação da Fábrica da Renault em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

A vinda da Renault tem sido um "prato" de muitas polêmicas. Ninguém se manifesta contrário, nem este Deputado, mas é importante que se saiba qual é o teor do acordo firmado entre o Estado do Paraná e aquela empresa.

Ultimamente a imprensa tornou público inclusive uma demanda judicial envolvendo a instalação desta empresa.

Como cidadão e Deputado, sinto-me no direito de buscar estas informações, assim solicito a esta Casa de Leis a aprovação deste pedido de informação.

## REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando:

1. Cópia do contrato de prestação de serviços - SPI 2.295.258-7, publicado no Diário Oficial de 05/09/95.

2. Cópia de inteiro teor de todos os relatórios apresentados: serviços prestados, viagens, despesas, etc., com o comprovante do protocolo desta Secretaria.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, DD. Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando informações sobre o investimento do Estado do Paraná nas obras do Estádio Pinheirão, através de respostas das perguntas a seguir formuladas:

1. Qual o efetivo investimento do Estado do Paraná na conclusão das obras do Estádio Pinheirão, de propriedade da Federação Paranaense de Futebol?

2. De que forma o Estado do Paraná será ressarcido dos valores investidos?

3. Qual o fundamento legal que permitiu o investimento supra citado?

4. Qual o órgão que está pagando o investimento e sob qual rubrica?

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

O Estádio Pinheirão, localizado no bairro Tarumã, nesta Capital, está em execução, segundo consta, há mais ou menos uns vinte anos.

Trata-se de uma iniciativa privada, de propriedade da Federação Paranaense de Futebol, na qual, todavia, vêm sendo aplicados recursos públicos, conforme declarações do próprio Governador do Estado à imprensa.

Nos termos da Constituição Estadual, artigo 135, inciso VIII, é vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal, para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

Por outro lado, a mesma Carta Magna Estadual possibilita que a Assembléia Legislativa exerça a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, podendo solicitar à autoridade responsável que preste os esclarecimentos necessários (art. 74 e 76).

Assim sendo, contamos com o apoioimento dos nobres Pares deste Parlamento, no sentido de aprovar o presente pedido de informações.

## REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Lubomir Ficinski, Secretário de Estado do Planejamento, solicitando cópia de inteiro teor do(s) processo(s) de desapropriação das áreas onde foi construído o Canal Extravisor.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

Analisando os documentos preliminares, consta-se uma diferença de pagamentos por metros quadrados, variando de R\$ 2,02 a R\$ 19,22.

## Projeto de Resolução:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1º - O art. 11 da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, fica acrescido dos seguintes parágrafos e incisos:

"Art. 11 - ...

§ 1º - A carreira de Procurador do Poder Legislativo passa a ser constituída de três classes: 1ª, 2ª e 3ª classes.

I - a 1ª Classe é integrada por 3 (três) cargos, a 2ª Classe 2 (dois) cargos e a 3ª Classe por 6 (seis) cargos;

II - 1 (um) cargo de 1ª Classe e 4 (quatro) cargos da 3ª Classe que vierem a vagar serão extintos;

III - a remuneração do Procurador de 2ª Classe será 10% (dez por cento) inferior a do Procurador de 1ª Classe e a remuneração do Procurador de 3ª Classe será 10% (dez por cento) inferior a de Procurador de 2ª Classe;

IV - sobre o vencimento e a verba de representação do cargo de Procurador incide o redutor ou limitador constitucional em vigor.

§ 2º - Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador do Poder Legislativo serão enquadrados na 1ª Classe”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(aa) ANIBAL KHURY  
LUIZ CARLOS MARTINS  
NELSON GARCIA

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 496/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Doutor Ulisses os seguintes equipamentos e veículo: duas Máquinas Patrol, de matrículas de números 254 e 317; uma Pá Carregadeira, matrícula número 115; e um veículo Caminhão Mercedes 2CB 913, atualmente aos cuidados do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Doutor Camargo equipamentos e veículo já descritos, pertencentes ao Governo do Estado, lotados no Departamento de Estradas de Rodagem. Tal medida será de grande utilidade para o Município de Doutor Ulisses, que por se tratar de um município novo, precisa de um amparo maior para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, tendo em vista que o solici-

tado não está sendo utilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

PROJETO DE LEI Nº 497/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica implantado o sistema de atendimento no Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE, em Curitiba, em regime de 24 horas para atendimento de todos os servidores inscritos neste órgão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Isso viria preencher uma lacuna, e faria justiça aos funcionários que vêm descontando mensal e obrigatoriamente uma parcela de seu salário ao IPE, não tendo retorno quando acontece de ficarem doentes em fins de semana, feriados ou à noite. Temos observado que muitas vezes o paciente é obrigado a usar o Pronto Socorro do Cajuru, ou o Pronto Socorro do Hospital Evangélico, muitas vezes sendo penalizado pela demora e ineficiência, quando o certo seria usufruir do benefício anteriormente recolhido pelo Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, nem no Horário das Lideranças.

Passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante das Ordens do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

## ITEM 01

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 185/96, que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 185/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - As multas de mora por inadimplemento de obrigações no seu termo por consumidores de bens ou de serviços, aplicadas por fornecedores, não podendo ser superiores a 0,0667% (zero vírgula zero seiscentos e sessenta e sete por cento) do valor da prestação, por dia de atraso, até o limite mensal de 2% (dois por cento).

**Parágrafo Único** - Para os efeitos deste artigo, consumidores e fornecedores são aqueles definidos nos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.078 de 11.09.90.

**Art. 2º** - Os tributos estaduais não pagos no vencimento serão acrescidos da multa de mora de 2% ao mês, sem prejuízo dos juros moratórios e demais penalidades estabelecidas na legislação em vigor.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997 em relação ao artigo 2º e na data de sua publicação em relação ao artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.11.96.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Presidente

**CÉSAR SELEME**

Relator

## ITEM 02

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 456/96, que revoga a Lei nº 5.175, de 23 de agosto de 1965, a parte referente de doação de imóvel ao Clube Operário Beneficente e Recreativo de Ibiporã, e autoriza o Poder Executivo a doar à Conferência Vicentina de Ibiporã, terreno que especifica. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 456/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica revogada na Lei nº 5.175, de 23 de agosto de 1965, a parte referente à autorização de doação da data nº 15 (quinze) da quadra 1 (um), ao Clube Operário Beneficente e Recreativo de Ibiporã.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Conferência Vicentina de Ibiporã, o terreno compreendido pela data nº 15 (quinze) da quadra 1 (um), com 618,20 m² e edificação em alvenaria, situado no quadro urbano do Município de Ibiporã, de propriedade do Estado do Paraná, conforme parte da transcrição nº 2.427, do livro 3/5, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Londrina.

**Art. 3º** - A doação a que se refere o art. 2º da presente lei, fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, só podendo ser utilizada para finalidades voltadas à assistência social de carentes do Município de Ibiporã, retornando automaticamente ao Patrimônio Estadual, caso aquela entidade deixe de existir, ou seja, desvirtuando o uso daquele imóvel, não podendo, também, ser cedido a qualquer título a terceiros.

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.11.96.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Presidente

**CÉSAR SELEME**

Relator

## ITEM 03

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 460/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná - SOGIPA, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 015/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 028/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Luiz Pontarolo, o lote nº 02 da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 206,3588 ha. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 016/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 020/95, que autoriza o Poder Executivo através do IAP, alienar a José Matias Gomes, os lotes nºs 29 e 46-A, da Gleba 2, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com áreas de 133,3409 e 19,3600 ha, respectivamente. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

**2º DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 017/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 021/95, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar o imóvel constituído do lote nº 97, imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 167,3337 ha à Lino Caetano da Rosa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 458/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 088/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 8.380.000,00 (oito milhões, trezentos e oitenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, visando atender a produção de habitações pelo Programa Pró-Moradia, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 146, de 15.10.96 - Mens.).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 458/96**

**PARECER:**

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo visa aprovar crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, de R\$ 8.300.000,00.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que visa atender a produção de habitações pelo Programa Pró-Moradia.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 458/96**

**PARECER:**

O presente plano de lei, é originário do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 088/96, que objetiva aprovar

um crédito suplementar no valor de R\$ 8.380.000,00 (oito milhões, trezentos e oitenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria da Política Habitacional, visando atender a produção de habitações pelo Programa Pró-Moradia, conforme especifica.

Sobre a matéria, já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar conforme preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, não encontrou nenhum impedimento, quanto a sua normal tramitação.

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar)** - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei nº 458/96, propõe crédito suplementar no valor de R\$ 8.380.000,00, à Secretaria de Política Habitacional. Hoje, estamos analisando a questão da legalidade, da qual a nossa bancada em nada se opõe. Mas entendemos que para a votação de amanhã é necessário que o Líder do Governo nos apresente quais foram os critérios utilizados para que as verbas fossem suplementadas naquelas cidades, que traz na Ordem do Dia.

Cancela verbas de um setor no caso de Vilas Rurais e propõe a construção de habitações populares em alguns municípios do nosso Estado, que também a princípio, não temos nada contra, mas é necessário saber quais os critérios que foram utilizados, qual a demanda habitacional desses municípios, para tê-los como prioridade e não outros que sabemos que há déficit habitacional.

Então, pedimos esse esclarecimento à Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)** - Em votação. **Aprovado.**

**ITEM 08**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 018/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 023/95, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a João Marco Nicaretta, lote nº 55, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 171,0549 ha. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/96**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar a João Marco Nicaretta o lote nº 55, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 171,0549 ha.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 12/95**

**PARECER:**

Oriunda da Mensagem Governamental nº 023/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a João Marco Nicaretta, o lote nº 55, do Imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 171,0549 ha.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 022/95, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Ailson Nahm, o lote nº 160, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 86,3094 ha. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/96**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar a José Ailson Nahm o lote nº 160

da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 86,3094 ha.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 13/95**

**PARECER:**

Oriunda da Mensagem Governamental nº 022/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar José Ailson Nahm, o lote nº 160 da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 86,3094 ha.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 004/96, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Moacir Poleti, José Maria Ferreira, Graciano Mitsuo Yagura e Luiz Carlos Strozzi, lote nº 86, do imóvel Cascata, com área acima especificada, situado no Município de Pitanga. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/96**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 86 do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga, a Moacir Poleti, José Maria Ferreira, Graciano Mitsuo Yagura e Luiz Carlos Strozzi.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.  
(a) COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 14/96

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 004/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Moacir Poleti, José Maria Ferreira, Graciano Mitsuo Yagura e Luiz Carlos Strozzi, o lote nº 86 do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analizando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1378, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Não recebido pela Mesa.

Solicito ao autor que rerepresente o requerimento na sessão de amanhã, esclarecendo qual é o artigo que está sendo infringido. Por gentileza, Deputado Florisvaldo Fier, amanhã terá a oportunidade de rerepresentar o requerimento.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é só ler, está no texto qual é o artigo que está sendo infringido. O artigo da Constituição na qual estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Aqui consta 135 e 133.

O SR. FLORISVALDO FIER - Na Constituição do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vossa Excelência fala num artigo na súmula, e fala num outro artigo no texto.

Vossa Excelência poderá refazê-lo na sessão de amanhã, se me permitir.

Muito obrigado pela compreensão.

Requerimento nº 1365, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa irá proceder verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

07 Senhores Deputados aprovam. Está rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na sessão de quinta-feira havia sido colocado em votação, mas foi suspenso pelo Presidente, porque naquele mesmo dia vinha à Assembléia o Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, e até agora esta Casa não votou o requerimento de minha autoria, que pede explicações sobre a viagem do Presidente e de dois diretores da FERROESTE, sendo um para a Alemanha, que o Secretário Deni Schwartz explicou, parcialmente, dizendo que ele foi conversar com um comprador da FERROESTE; mas os outros dois diretores que foram para Cancun e Aruba, ainda não está explicado.

Então, queria que Vossa Excelência submetesse à votação deste Plenário, o requerimento de minha autoria que pede as explicações sobre o que foram fazer estes diretores nos paraísos fiscais e turísticos do Caribe.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O requerimento de nossa autoria que acabou de ser derrubado, nada mais é do que acesso de inteiro teor ao processo de desapropriação do canal extravasor. Para se ter uma idéia, a menor indenização paga foi de dois reais e poucos centavos; e a maior, por coincidência, àquele clube de futebol que tem como Presidente aquele que foi tesoureiro de campanha ou contribuidor da campanha do Jaime Lerner, e foi mais de R\$ 19,00 o metro quadrado, recebendo o Atlético mais de seis milhões de reais. Terrenos na mesma área com avaliações diferentes variando os valores de metragem de R\$ 19,00 a R\$ 2,00. Isso é um absurdo, e nós, como Deputados, temos que ter acesso para saber quais foram os critérios utilizados para a desapropriação daquelas áreas.

Que aliás, um canal tão urgente ainda não está pronto até hoje. A obra de urgência até hoje não está pronta e está na justiça ainda para o

Governador explicar toda a transação legal ou ilegal que houve a respeito deste canal, num processo judicial da Bancada do Partido dos Trabalhadores com iniciativa do Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Fico devendo ao Deputado Romanelli e peço para a assessoria para que amanhã possa localizar o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, se não estou enganado, o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, havia dito que o Secretário explicaria ao Deputado Romanelli durante aquela audiência do Secretário aqui na Casa.

O SR. CLAUDIO ROMANELLI - Exatamente, o Deputado Algaci Túlio tem razão. Só que ele não explicou. E lembrei de perguntar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Ele falou do Presidente e de que os outros dois não tinham nenhuma vinculação oficial de suas viagens. Eram viagens particulares.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Peço ao Deputado Romanelli compreensão para que possamos discutir este assunto amanhã.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, além do mais, tenho cópia aqui do pedido de informações, de que foi retirado pelo autor.

O SR. NELSON TURECK - Só para registrar, com muita satisfação, a presença do Vereador eleito de Campo Mourão, o Branco, do PDT, hoje visitando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa com as boas vindas.

Requerimento nº 1364, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1370, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1379, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1373 a 1375, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1376, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1377, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1371, 1380, 1384, 1387-A e 1387-B, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1369, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1386, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1381, 1382, 1383, 1385 e 1387, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/96.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/96, e dos de Resolução nºs 018, 019 e 020/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 021, 022, 023 e 046/96.

Levanta-se a sessão.